

## REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO LAGOA DO JUNCO-TAPES/RS

WASKIEVICZ, Carmen Aparecida<sup>1</sup>; SALAMONI, Giancarla<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Acadêmica do curso de Bacharelado em Geografia - Universidade Federal de Pelotas  
Bolsista PIBIC/CNPQ - Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais - LEAA  
[carmen\\_rs91@hotmail.com](mailto:carmen_rs91@hotmail.com)*

<sup>2</sup>*Professora Associada II do Departamento de Geografia - Universidade Federal de Pelotas  
Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais - LEAA  
[gi.salamoni@yahoo.com.br](mailto:gi.salamoni@yahoo.com.br)*

### INTRODUÇÃO

As discussões atuais, no campo da Geografia Agrária, sobre a agricultura familiar vêm tentando superar o viés produtivista, presente nas análises sobre a importância desse segmento no contexto do agro nacional, e passa a considerar também relevante a sua importância no que tange as possibilidades sociais envolvidas nesses espaços. Assim, possibilita a compreensão da diversidade e da complexidade das formas de organização da agricultura familiar camponesa<sup>1</sup>, para além da produção.

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa/CNPQ denominado **ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RS: estudos na escala local e regional**. Esta pesquisa tem por objetivo central ampliar o conhecimento acerca do segmento da agricultura familiar, abrangendo a diversidade de formas e processos de adaptação e inserção no mercado, e ainda, sua permanência no espaço rural, bem como, analisá-la em diferentes escalas como resultado da combinação de elementos como – terra, trabalho e capital.

Parte-se do reconhecimento de que há uma dinâmica social presente internamente nas propriedades de caráter familiar e que, ao longo do tempo, tem viabilizado formas de resistência e de permanência destes trabalhadores no campo, visto que, quase sempre, encontram-se a margem das políticas públicas. Ainda, de maneira específica, buscou-se identificar essas estratégias de reprodução social e territorial em assentamentos de reforma agrária.

As discussões que priorizam apenas o contexto econômico da viabilidade dos assentamentos de reforma agrária, não contemplam, de forma satisfatória, sua contribuição para o desenvolvimento local (municípios), para diminuição do problema do êxodo rural, para a capacidade de autoprovisionamento das famílias assentadas dada pela produção de autoconsumo e, ainda, pela possibilidade de territorialização de inúmeros trabalhadores sem terra. Mesmo assim, no Brasil, é quase consenso que a Reforma Agrária é a alternativa para dirimir os problemas de exclusão social e de participação efetiva dos agricultores familiares camponeses na esfera econômica, política e cultural do país. (OLIVEIRA, 2001)

---

<sup>1</sup> Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa- expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas”, relacionadas à dimensão cultural e que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura.

Sabe-se que o campesinato compartilha um contexto de interrelações sociais e econômicas e que, a dinamização produtiva passa por um processo de organização do trabalho familiar sobre a terra, onde a autonomia da vida social representa a autarcia da vida econômica, ou seja, a agricultura familiar que se insere em um território, constrói, simultaneamente, um lugar de vida e de trabalho, desenvolvendo sociabilidades específicas que acabam por ultrapassar laços familiares e de parentesco (WANDERLEY, 2009).

## **METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)**

Para realização deste estudo, inicialmente foi realizado levantamento teórico-bibliográfico a cerca do tema da agricultura familiar e da reforma agrária. Posteriormente, foi realizada pesquisa exploratória de campo a fim de levantar informações qualitativas, a partir de entrevistas abertas e conversas informais com os agricultores camponeses do Assentamento Lagoa do Junco, a qual possibilitou traçar uma caracterização geral da organização dos lotes no interior do assentamento.

Amparada em uma abordagem sistêmica (DINIZ, 1984), onde os processos naturais e humanos são analisados de forma integrada, busca-se entender o caso do Assentamento Lagoa do Junco, a partir das suas especificidades e contextualizá-lo mais amplamente no que tange a sua organização social e produtiva, de forma a dar conta dos processos de reprodução dos agricultores familiares camponeses na escala local.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Assentamento Lagoa do Junco está localizado no município de Tapes/RS, e é constituído por um grupo de cerca de 35 famílias, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra- MST, as quais anteriormente permaneceram em acampamentos nos municípios de Caraó, Santo Ângelo, São Miguel das Missões e Capão do Leão. O ano 1995 marca a chegada das famílias ao atual assentamento, sendo que cada agricultor era portador de uma trajetória familiar específica, mas que tinha em comum um passado marcado pela relação com a terra, com o trabalho familiar e com a luta nos movimentos sociais.

Atualmente, o Assentamento possui uma produção agrícola diversificada, com destaque para as lavouras de arroz, pecuária leiteira e de corte, fabricação de pães voltados para a comercialização e outros produtos destinados para o consumo doméstico – o autoconsumo familiar. Ainda, inserem-se nesse contexto de estratégias de reprodução territorial a pluriatividade e o trabalho assalariado, entre outras. Neste sentido, percebe-se que as atividades produtivas desenvolvidas estabelecem os contatos com áreas urbanizadas próximas, portanto, estão presentes as relações campo-cidade.

Considerando que a maioria das famílias são originárias de municípios localizados no norte do estado do Rio Grande do Sul, foi necessário, portanto, uma adaptabilidade das tradições e práticas agrícolas em relação aos cultivos e criatório animal adotados no sistema produtivo do Assentamento, visto às características físicas do lugar e as condições materiais disponíveis.

O cultivo do arroz é a atividade principal e é desenvolvida em função das características físicas do solo, que são propícias ao cultivo e a disponibilidade de

água. Por outro lado, há a presença de outras atividades destinadas ao autoconsumo e ao mercado, como a criação de gado leiteiro e/ou corte, agroindústria familiar, padaria, que também compõem as estratégias socioprodutivas do assentamento.

A organização produtiva e do trabalho ocorre na forma individual e cooperativada, sendo que esta última está representada pela Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes –COOPAT. Essa forma de organização representa, além da socialização do trabalho, também um espaço para socialização dos integrantes, assim há um consenso coletivo tanto em âmbito social quanto produtivo. No contexto produtivo ocorre o uso conjunto de maquinários, investimentos, entre outros, além do que a terra é trabalhada também em âmbito coletivo.

Nessa dinâmica de trabalho há uma facilidade maior no que concerne a aquisição de créditos para a produção, assim, possibilitou a cooperativa contar atualmente com uma agroindústria de arroz ecológico, possibilitando autonomia dos trabalhadores desde a produção até a secagem, beneficiamento e comercialização do arroz.

A COOPAT ainda é constituída por uma padaria, a qual associa o trabalho artesanal e formas automatizadas na produção de pães,ucas, bolachas, entre outros produtos. Sabe-se que há uma crescente demanda pela sanitização com relação à produção de alimentos, condicionando as formas tradicionais de produção à uma maneira mais uniformizada e tecnificada, porém, a valorização dos saberes tradicionais na elaboração desses produtos pode ser observada pela crescente procura pela comercialização fora do assentamento.

Ainda, observa-se a existência do tambo de leite da cooperativa do qual se obtém o leite necessário na produção na padaria, bem como, na produção de queijos e doce de leite que são produzidos de maneira artesanal, ou seja, em contexto de agroindústria familiar.

## **CONCLUSÃO**

Constata-se na organização interna do assentamento que os investimentos em infraestrutura, a adoção de inovações tecnológicas, o associativismo e a produção artesanal são elementos que permitem a inserção de relações com o mercado. Por outro lado, também é possível perceber que as práticas sociais estabelecidas pelos assentados, diante das condições endógenas do lugar, sejam de ordem física/natural, econômica ou cultural, entre outras, estabelecem a diversidade de estratégias de permanência na terra e que garantem a reprodução social desses trabalhadores como agricultores familiares camponeses.

Assim, o espaço do assentamento é caracterizado por um grupo social que dinamiza sua produção, tanto em cunho individual ou coletivo, onde os espaços trabalhados coletivamente apresentam um grau maior de organização no que se refere a investimentos, produção e renda.

Conclui-se, ainda, que a existência de formas cooperativadas de produção e trabalho contribui para a permanência dos jovens no assentamento em questão, pois possibilita a inserção desta mão-de-obra na agroindústria do local, não necessitando a busca por trabalho na área urbana. E, estabelece outras formas de geração de renda para as famílias, além da produção agrícola.

Ressalta-se, também, que as formas tradicionais de produção, como o autoconsumo (leite e hortifruticultura nos lotes) e a produção artesanal na padaria, representam estratégias socioprodutivas que contribuem para a reprodução biológica, econômica, social e cultural dos assentados.

## REFERÊNCIAS

DINIZ, José A.F. **Geografia da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Difel, 1984.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo, **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p. 185 – 206, 2001.

WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo Rural como Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 155-183.